

Análise do Programa

O Programa de Gestão e Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e Combate e fome busca reduzir a insegurança alimentar e nutricional de pessoas em situação de vulnerabilidade social e fortalecer a política de Segurança Alimentar e Nutricional da população em vulnerabilidade social e em insegurança alimentar e nutricional. Esse programa é responsável pelo Ceará sem Fome, uma política permanente de combate à fome, que reúne o trabalho e os esforços de diversas instituições públicas e privadas, bem como ações do programa incluem políticas públicas intersetoriais e do incentivo à produção, à distribuição e ao consumo de alimentos da agricultura familiar.

De janeiro a dezembro de 2024, o desempenho do programa de Gestão e Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e Combate e fome atendeu plenamente seus objetivos, contribuindo de forma significativa para redução de insegurança alimentar no estado. A execução física das 13 entregas contribuíram de forma eficaz com os objetivos do programa e, a execução orçamentária financeira mostrou-se eficiente.

Com o objetivo de reduzir a insegurança alimentar e nutricional de pessoas em situação de vulnerabilidade social, as 8 entregas apresentaram as seguintes execuções físicas: 3 com desempenho acima de 100%, 2 entre 75% e 100%, 2 entre 50% e 75% e 1 sem execução. Esse resultado pode ser traduzido com a concessão do Cartão Ceará sem Fome, beneficiando 53.212 famílias; a distribuição de 1.339.627,01 kg de alimentos por meio do Programa Ceará Sem Fome, do Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Compra com Doação Simultânea (PAACDS) e Programa Mais Nutrição, beneficiando 331.637 pessoas (inclusive pelo Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade PPA Leite), das quais 54.067 são crianças e adolescentes em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN), de 149 Organizações da Sociedade Civil (OSC) nos municípios de Caucaia, Fortaleza, Maracanaú, Maranguape, Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Milagres e Santana do Cariri; com a aquisição e distribuição de 7.287.332 litros de leite bovino e caprino, beneficiando 1.356 produtores de 134 municípios; com a concessão de 621.482 tickets de vale gás, beneficiando até 207.510 famílias do Cartão Mais Infância Ceará, do Programa Bolsa Família e famílias de jovens em situação de vulnerabilidade social inscritas no Programa Virando o Jogo - Superação, em três recargas. Desses tickets, 351 foram destinados a 144 entidades do Mais Nutrição e 32 para cozinhas sociais do Programa Ceará Sem Fome e a distribuição de 28.007.043 refeições, beneficiando aproximadamente 130.000 pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Com o objetivo de fortalecer a Política de Segurança Alimentar e Nutricional, as 5 entregas executadas apresentaram o seguinte resultado: 2 com desempenho acima de 100%, 1 com resultado de 68,25% e 2 sem execução. Esses resultados ficam evidenciados na realização de 78 assessorias às equipes municipais para o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan); na capacitação de 449 de gestores, técnicos municipais e representantes dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional para o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e na realização de 78 oficinas de capacitação sobre Boas Práticas em Serviço de Alimentação, Alimentação Saudável e Educação Alimentar e Nutricional nos Equipamentos da SPS, de capacitações das equipes municipais na gestão de programas e projetos de SAN e de capacitações para a implantação do sistema do vale-gás junto aos 184 municípios, com a participação total de 1.478 pessoas.

A execução orçamentária e financeira do Programa foi de 92,38%, o que correspondeu ao valor empenhado de R\$ 447.065.792,58, do orçamento de R\$ 483.948.833,46, sendo executados nas fontes SPS (Secretaria da Proteção social), NUTEC (Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará) e SDA (Secretaria de Desenvolvimento Agrário).

Eixo: 1 - O CEARÁ QUE CUIDA, EDUCA E VALORIZA AS PESSOAS

Tema: 1.9 - SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA

Programa: 191 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS

Órgão Gestor:

15000000 - PGJ

Órgão(s) Executor(es):

FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO ESTADO DO CEARÁ

FUNDO DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

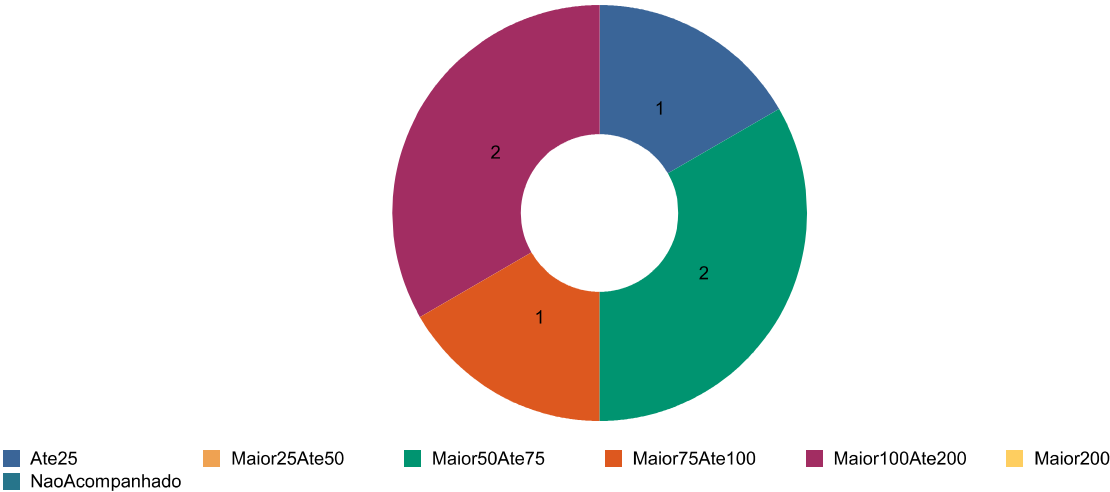
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Público-alvo: Cidadãos cearenses atingidos pelo descumprimento de políticas públicas, da ordem jurídica pelos gestores e dos seus interesses sociais e individuais indisponíveis.

Situação do Monitoramento do Programa: Validado

Visão Geral do Programa

Execução Física das Entregas (%)



Entregas sem meta para o ano vigente	Entregas sem meta mas com realização no ano vigente
-	-

Desempenho Físico das Entrega(s)

Objetivo Específico	Entrega / Unidade de Medida	Programado	Realizado	% Execução Física
191.1 - Prestar serviços e procedimentos ministeriais de qualidade.	1888 - AGENTE PÚBLICO CAPACITADO / Unidade	240,00	437,00	182,08
191.1 - Prestar serviços e procedimentos ministeriais de qualidade.	1892 - EVENTO REALIZADO / Unidade	5,00	5,00	100,00
191.1 - Prestar serviços e procedimentos ministeriais de qualidade.	1895 - UNIDADE DE ATENDIMENTO MANTIDA / Unidade	479,00	488,00	101,88
191.1 - Prestar serviços e procedimentos ministeriais de qualidade.	1897 - PESSOA BENEFICIADA / Unidade	920,00	685,00	74,46
191.1 - Prestar serviços e procedimentos ministeriais de qualidade.	2230 - UNIDADE DE ATENDIMENTO ESTRUTURADA / Unidade	25,00	3,00	12,00
191.2 - Defender os direitos difusos.	1894 - PROJETO APOIADO / Unidade	8,00	5,00	62,50

Identificação de Problemas

Objetivo Específico	Entrega	Âmbito	Problema	Impacto
191.1 - Prestar serviços e procedimentos ministeriais de qualidade.	1888 - AGENTE PÚBLICO CAPACITADO	Execução Física/ Operacional	Outro	Médio
191.1 - Prestar serviços e procedimentos ministeriais de qualidade.	1897 - PESSOA BENEFICIADA	Execução Física/ Operacional	Concessão de bolsas (estágio, estudos, pesquisas, etc.)	Médio
191.1 - Prestar serviços e procedimentos ministeriais de qualidade.	2230 - UNIDADE DE ATENDIMENTO ESTRUTURADA	Execução Física/ Operacional	Execução de obra	Alto

Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)

Órgão Executor	Lei + Crédito (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	%Empenhado (B/A)	%Pago (C/A)
FDID	7.173.748,00	719.996,84	719.996,84	10,04	0,00
FRMMP/CE	19.090.386,07	17.278.506,76	16.802.770,41	90,51	0,00
PGJ	9.053.215,56	7.984.891,97	7.251.948,48	88,20	0,00
SEPLAG	10.096.174,00	3.032.370,68	1.478.663,85	30,03	0,00
Total Geral	45.413.523,63	29.015.766,25	26.253.379,58	63,89	57,81

Execução orçamentária/financeira (por Fonte de Recursos)

Fonte de Recursos	Lei + Crédito (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	%Empenhado (B/A)	%Pago (C/A)
500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	7.739.028,56	7.499.124,97	7.084.948,48	96,90	91,55
700 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO	1.314.187,00	485.767,00	167.000,00	36,96	12,71
754 - RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.096.174,00	3.032.370,68	1.478.663,85	30,03	14,65
759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS	26.264.134,07	17.998.503,60	17.522.767,25	68,53	66,72

Total Geral:	45.413.523,63	29.015.766,25	26.253.379,58	63,89	57,81
--------------	---------------	---------------	---------------	-------	-------

Execução Extraorçamentária/financeira (por Fonte de Recursos)

Fonte de Recursos	Valor Extraorçamentário (B/A)
Total Geral	

Execução orçamentária/financeira (por Entrega)

Objetivo Específico	Entrega	Lei + Crédito (A)	Empenhado (B)	%Empenhado (B/A)
Prestar serviços e procedimentos ministeriais de qualidade.	1888 - AGENTE PÚBLICO CAPACITADO	697.144,62	678.774,48	97,36
Prestar serviços e procedimentos ministeriais de qualidade.	1892 - EVENTO REALIZADO	1.257.000,00	1.157.526,79	92,09
Prestar serviços e procedimentos ministeriais de qualidade.	1895 - UNIDADE DE ATENDIMENTO MANTIDA	7.229.470,94	6.278.990,70	86,85
Prestar serviços e procedimentos ministeriais de qualidade.	1897 - PESSOA BENEFICIADA	10.668.000,00	10.483.934,17	98,27
Prestar serviços e procedimentos ministeriais de qualidade.	2230 - UNIDADE DE ATENDIMENTO ESTRUTURADA	18.388.160,07	9.696.543,27	52,73
Defender os direitos difusos.	1894 - PROJETO APOIADO	7.173.748,00	719.996,84	10,04
Total Geral:		45.413.523,63	29.015.766,25	63,89

Análise do Desempenho Geral do Programa

O que foi efetivamente entregue no período

- 437 agentes públicos capacitados através da escola Superior do MPCE, de Janeiro a Dezembro 2024
- 685 pessoas beneficiadas com estágio no MPCE.
- 488 unidades de atendimento mantidas pelo MPCE em 2024.
- 04 projetos apoiados pelo FDID - Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, de Janeiro a Dezembro de 2024.
- 03 unidades de atendimento estruturadas através da entrega da sede das Promotorias de Justiça de Baturité.
- 05 eventos estratégicos realizados de Janeiro a Dezembro de 2024.

Análise do Programa

As entregas do Programa de Tutela dos Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis, parte do PPA 2024-2027, apresentaram resultados significativos em várias áreas, apesar de alguns desafios. No âmbito da prestação de serviços ministeriais, foram mantidas 488 unidades de atendimento. A realização de eventos contou com todos os 5 eventos estratégicos planejados realizados, sendo a posse do Procurador Geral de Justiça e o Congresso do MP destaques de engajamento e participação de membros e servidores. Além disso, 685 pessoas foram beneficiadas com estágios nas unidades ministeriais, embora a meta fosse de 920. Tal execução será superada por meio da realização de novo concurso que permitirá maior ocupação das vagas de estagiários e residentes, porém esses resultados só serão percebidos em 2025.

A capacitação de agentes públicos também foi um destaque, com 437 agentes capacitados de um total planejado de 240, no período em questão. Nesta entrega, observamos um problema no apontamento dos registros de capacitação por meio de relatórios da Escola Superior, o que não permitiu o apontamento exato do quantitativo correto de servidores unicamente capacitados, o que já está em processo de solução para adequação da informação para o próximo ciclo de monitoramento.

Em termos de execução orçamentária, a Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) e o Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Ministério Público do Estado do Ceará (FRMMP/CE) foram os órgãos com maior execução orçamentária. Em contrapartida, o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDID) teve uma execução significativamente menor. Registramos que o FDID realizou edital de chamamento de novos projetos, com mais de 100 projetos selecionados e sob análise, o que refletirá na execução orçamentária de 2025 apenas.

Apesar das dificuldades encontradas, o programa conseguiu realizar importantes entregas e beneficiar um número considerável de cidadãos cearenses. A manutenção das unidades de atendimento e a capacitação de agentes públicos são exemplos de ações que contribuíram para a melhoria dos serviços prestados.

As ações de aquisição previstas para o programa Ceara+Digital, no qual o MPCE é beneficiário estão correndo nos prazos planejados. Infelizmente, observa-se que os prazos administrativos para cumprimento das aquisições, sejam elas internas ou via Seplag, decorrem bastante tempo, o que por vezes ocasiona atraso no planejamento. Porém, entende-se igualmente a complexidade de alguns processos e a seriedade e rigor técnico que exigem. Para além disso, essas importantes ações foram contempladas apenas como execução financeira, por falha no cadastro do PPA, de forma que a execução física não foi adequadamente registrada.

Pode-se concluir que a execução do programa da PGJ está satisfatória em seus resultados.

Eixo: 1 - O CEARÁ QUE CUIDA, EDUCA E VALORIZA AS PESSOAS

Tema: 1.9 - SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA

Programa: 192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Órgão Gestor:

04000000 - TJ

Órgão(s) Executor(es):

FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Público-alvo: Partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de Justiça e sociedade em geral.

Situação do Monitoramento do Programa: Validado